

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente processo licitatório o Registro de Preços Corporativo para **Aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos contidos no Apêndice I.

1.2. Os quantitativos do objeto deste Termo de Referência estão divididos da seguinte forma:

1.2.1. ITENS: **3, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 41, 42 e 43.** - **Exclusivamente** à participação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

1.2.2. ITENS: **1, 4, 8, 10, 16, 18, 20, 26, 32, 34 e 39.** - **Cota Principal** que correspondente a **75%** (setenta e cinco por cento) da quantidade total dos itens, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos do Edital.

1.2.3. ITENS: **2, 5, 9, 11, 17, 19, 21, 27, 33, 35 e 40.** - **Cota Reservada** que correspondente a **25%** (vinte e cinco por cento) da quantidade total dos itens, reservada à participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição parcelada de equipamentos, suprimentos e acessórios de tecnologia da informação e comunicação (TIC), destinados ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e institucionais das diversas unidades administrativas do Município.

A Administração Municipal depende atualmente de recursos tecnológicos para a execução de praticamente todas as suas atividades finalísticas e de apoio, incluindo atendimento ao cidadão, tramitação de processos administrativos, arrecadação tributária, serviços da saúde, registros educacionais, comunicação interna e externa, armazenamento de dados e segurança da informação.

O levantamento técnico realizado evidenciou que parte significativa do parque tecnológico se encontra defasada, insuficiente ou sem capacidade de expansão, ocasionando lentidão operacional, interrupções de sistemas, falhas de comunicação entre unidades administrativas e riscos à integridade das informações públicas. Tal cenário compromete a eficiência administrativa e dificulta a prestação adequada dos serviços públicos essenciais.

Nesse contexto, a contratação visa assegurar a continuidade dos serviços públicos, ampliar a capacidade de atendimento ao cidadão, garantir a segurança da informação, modernizar a infraestrutura tecnológica municipal, possibilitar a digitalização e automação de processos administrativos e aumentar a produtividade do corpo funcional. A aquisição de equipamentos novos, padronizados e compatíveis com a infraestrutura existente foi identificada como a solução mais adequada, uma vez que permite integração entre sistemas, maior estabilidade operacional e redução de custos de manutenção corretiva ao longo do ciclo de vida dos equipamentos

Adicionalmente, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, a contratação revela-se necessária ao atendimento do interesse público, por assegurar o regular funcionamento das atividades administrativas e a adequada prestação dos serviços essenciais à população.

2.2. JUSTIFICATIVA DA INDICAÇÃO DE MARCA/MODELO

Regra geral, a Administração Pública deve evitar a indicação de marca nas especificações técnicas, de modo a preservar a competitividade do certame. Todavia, a legislação admite exceção quando demonstrada, de forma motivada, a necessidade de padronização, compatibilidade técnica ou manutenção de solução tecnológica já adotada.

No presente caso, a indicação de modelo para determinados itens, especialmente cabeça de impressão Canon (item 7) e equipamentos de rede RouterBoard CCR (item 31) e RouterBoard GR3(itens 32 e 33), não decorre de preferência comercial, mas de necessidade técnica devidamente justificada.

O Município possui infraestrutura tecnológica já implantada e em funcionamento, composta por equipamentos de rede, impressão e processamento interdependentes entre si. A substituição por equipamentos incompatíveis exigiria reconfiguração completa do ambiente tecnológico, possível interrupção dos serviços institucionais e aumento de custos com suporte técnico especializado.

As cabeças de impressão correspondem a peças de reposição de equipamentos já pertencentes ao patrimônio público, sendo que a utilização de componentes não originais ou incompatíveis pode ocasionar falhas de funcionamento, perda de qualidade de impressão e até a inutilização definitiva do equipamento, gerando dispêndio superior ao da reposição adequada.

Situação semelhante ocorre com os equipamentos de rede, uma vez que a infraestrutura lógica municipal foi estruturada sobre plataforma específica de roteadores e gerenciamento de rede, dominada tecnicamente pela equipe responsável, que executa rotinas de configuração,

segurança, firewall, controle de acesso e integração entre unidades administrativas. A introdução de equipamentos distintos demandaria reconfiguração integral da rede e traria risco de paralisação dos sistemas.

Assim, a indicação de marca e modelo objetiva preservar o investimento público já realizado, manter a compatibilidade técnica com a infraestrutura existente, evitar desperdício de materiais e insumos, impedir interrupções dos sistemas institucionais e reduzir custos operacionais e de manutenção.

Tal previsão encontra respaldo no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a indicação de marca ou modelo quando esta se mostrar indispensável para fins de padronização, compatibilidade ou manutenção de equipamentos e soluções tecnológicas já incorporadas pela Administração, desde que acompanhada de justificativa técnica.

Dessa forma, a especificação constitui medida de eficiência administrativa, economicidade e continuidade do serviço público, não configurando restrição indevida à participação dos licitantes.

3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

3.1. O estudo técnico preliminar que serviu de fundamento para a elaboração deste termo de referência encontra-se anexo aos autos do processo

4. DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVO

4.1. A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão na forma eletrônica por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do art. 29º da Lei nº 14.133.

4.2. A adoção do registro de preços enquadra-se na hipótese prevista no inciso III do art. 38º do Decreto Municipal nº 099/2023.

4.2.1. O Registro de Preços Corporativo deve ser adotado em virtude dos benefícios da economia de escala, a ser obtida em razão de um quantitativo maior a ser licitado, bem como a agilidade nas aquisições e a redução do número de licitações (um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município, resultando em uniformidade das especificações e, conseqüentemente, menores custos de propriedade).

5. DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

5.1. Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

6. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.1. A empresa a ser contratada deverá ser aquela que oferecer o menor preço por ITEM, modo de disputa: **ABERTA**.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação possuem valor máximo total aceitável de **R\$ 3.975.332,60 (três milhões novecentos e setenta e cinco mil trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)**.

7.2. Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente Termo de Referência deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade. Havendo prorrogação, renovar-se-ão os saldos/quantidades originalmente registrados.

9. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

9.1. A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e de Microempreendedores Individuais (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

I. Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

II. Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

9.2. Os documentos relacionados no subitem 9.1., para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.

9.3. As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado às Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5. prazo para regularização de documentos que se trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e qualificação econômica-financeira.

9.6. A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 9.4. deste Termo de Referência, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogação da licitação.

9.7. Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.8. Nesta modalidade (Pregão), o intervalo percentual estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

9.9. Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.9.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.9.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.9.5. O disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

10.1. A empresa deverá encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.2. A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste, e deverá conter:

10.2.1. Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

10.2.2. O valor unitário e global do ITEM que deseje concorrer, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

10.2.3. Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.

10.3. A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

10.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.4.1. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste.

10.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste.

10.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

10.7. O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste.

10.8. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.9. Incumbirá à empresa acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.

10.10. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

10.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação

10.12. Não será aceito proposta com quantitativos inferiores ao máximo descrito neste Termo de Referência.

10.13. **ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA (FINAL)**

10.13.1. A proposta final do 1º classificado, detentor da melhor oferta da etapa de lances, deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro.

10.13.1.1. O prazo poderá ser prorrogado, desde que justificadamente.

10.13.2. A proposta final deverá ser redigida no idioma português, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, impressa em papel timbrado da licitante, por qualquer processo eletromecânico ou eletrônico, rubricada em todas as folhas, devendo a última ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou procurador detentor de instrumento de mandato que lhe confira poderes para tal, devendo conter as seguintes indicações:

10.13.2.1. Indicar o número desta licitação e conter o nome comercial da licitante, o CNPJ, o número de telefone, o e-mail e o respectivo endereço com CEP.

10.13.2.2. Informar os dados do responsável pela assinatura do Contrato: nome, estado civil, RG, CPF, endereço e cargo/função na empresa.

10.13.2.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

11.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3.1. O objeto do presente Termo de Referência será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com a especificação constante no Termo de Referência;
- b) Definitivamente, pelo gestor após a conferência, verificação da especificação, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

11.3.2. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Detentora/Contratada.

11.3.3. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

12. DOS PRAZOS DA ENTREGA.

12.1. O prazo para entrega do objeto do presente Termo de Referência será de até 15 (quinze) dias úteis, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

12.1.1. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) constantes no Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação

das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da solicitação.

12.1.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: Central de Abastecimentos, localizada na Rua Artur da Silva Correia nº 44, Bairro Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe - PE, no horário de 07:00h às 12:00h, de segunda à sexta-feira.

13. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR A PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA:

13.1. Sob pena de desclassificação, a empresa deverá anexar junto aos documentos de habilitação o(s) documento(s) abaixo relacionado(s):

13.1.1. Deverá ser apresentado, **CATÁLOGO** para os respectivos itens constantes de sua proposta, contendo todas as especificações técnicas pertinentes aos objetos.

13.1.2. A O licitante deverá apresentar comprovante de homologação junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para os equipamentos que utilizem radiofrequência ou se conectem a redes sem fio, de acordo com o art. 162 da Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações) e o Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução ANATEL nº 715/2019 (ou norma superveniente), para os itens: **1, 2, 3, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 20, 21, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 39 e 40.**

13.1.2.1. A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação do Certificado de Homologação ou do número de homologação do produto, possibilitando consulta pública no sistema oficial da **ANATEL**, devendo o modelo ofertado corresponder exatamente ao modelo homologado.

14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. **A contratada obriga-se a:**

14.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18, 23, 24 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);

14.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, conforme o prazo do subitem 12.1.1 os produtos com avarias ou defeitos;

14.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria, inerentes ao objeto deste Termo de Referência;

14.1.5. Comunicar à Secretaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

14.1.7. Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, tais como condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e para a contratação;

14.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

14.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, ENTREGA e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

14.1.10. Possibilitar a Secretaria, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

14.1.11. Responder pelos danos causados diretamente ao Município, a suas Secretarias e/ou aos demais Fundos ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento desta;

14.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

14.1.13. Comunicar por escrito eventual atraso e anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando para tantas razões justificadoras a serem apreciadas pela Secretaria.

14.1.14. Não transferir sob nenhum pretexto sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

14.1.15. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone;

14.1.16. Responsabilizar-se com todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas, etc.

14.2. A Contratante obriga-se a:

14.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

14.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

14.2.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

14.2.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada a terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

15.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no banco nacional de compras, e ainda nos seguintes cadastros:

15.2.1. Possuir Cadastro no **BNC (Banco Nacional de Compras)**;

15.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

15.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

15.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

15.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.2.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.2.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

15.2.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15.2.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **Banco Nacional de Compras**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

15.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **Banco Nacional de Compras**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

15.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

15.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

15.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15.8. Para fins de habilitação a este Pregão, deverá à licitante detentora da melhor oferta, encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas contadas da solicitação emitida via chat pelo Pregoeiro, os documentos abaixo relacionados:

15.8.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

15.8.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.8.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

15.8.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.8.1.4. Documento oficial de identificação que contenha foto do representante do licitante;

15.8.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

15.8.1.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

15.8.1.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

15.8.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

15.8.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

15.8.2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

15.8.2.1. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

15.8.2.2. **CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

15.8.2.3. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.8.2.4. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

15.8.2.5. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.8.2.6. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

15.8.2.7. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante;

15.8.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

15.8.3.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Admita-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 - TCU Plenário);

15.8.3.2. As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos - 1º e 2º grau), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 15.8.3.1.

15.8.4. **Balanco Patrimonial**

15.8.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

15.8.4.2. O balanço deverá ser registrado na entidade competente e também assinado pelo Administrador da Empresa e pelo Contador;

15.8.4.3. O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento, extraídos do livro Diário, devidamente registrado no órgão competente, nas condições de apresentação do balanço patrimonial;

15.8.4.4. As microempresas, as empresas de pequeno porte e as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento, nos termos da Resolução CFC nº 1.330/11.

15.8.4.5. Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - SPED Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme autoriza o art. 78 -A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.

15.8.4.6. Serão considerados e aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

15.8.4.7. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas:

- Publicados em Diário Oficial;
- Publicados em jornal de grande circulação;
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

15.8.4.8. por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

15.8.4.9. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 123, de 05 de dezembro de 2006 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

15.8.4.10. Sociedade criada no exercício em curso:

15.8.4.10.1. Fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

15.8.4.11. Fundações:

- Fotocópia do livro diário, inclusive com os Termos de Abertura e encerramento, devidamente registrado em cartório;
- Atestado de Regularidade junto ao Ministério Público (Prestação de Contas);
- Atestado de regularidade e aprovação de contas, relativo ao último exercício social emitido pela Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, ou órgão similar, da sede do licitante.

15.8.4.12. Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

15.8.4.13. Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial será avaliada a capacidade financeira da empresa, devendo ser atendidos os seguintes índices:

Índice de Liquidez Corrente

$$\text{ILC} = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$$

Índice de Liquidez Geral

$$\text{ILG} = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$$

15.8.4.14. Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem.

15.8.4.15. Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o Município de Santa Cruz do Capibaribe se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas licitantes;

15.8.4.16. Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o Balanço de Abertura.

15.8.4.17. Os documentos referidos no subitem 15.8.4.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

15.8.4.18. Comprovação de possuir capital social mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado para o objeto da contratação. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida atualização para esta data por meio de índices oficiais.

15.8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

15.8.5.1. Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado(s) ou Certidão(ões), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente, no mínimo 20% da quantidade total do(s) item(ns) que tenha apresentado o menor lance ou similar a este, permitindo-se o somatório de atestados ou certidões, comprovando a boa qualidade do fornecimento, para o(s) licitante(s) que apresentar(em) a(s) menor(es)

proposta(s) para(os) item(ns) **1, 2, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 27, 34, 35, 39 e 40.**

15.8.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

15.8.6.1. ANEXO ao EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES CONJUNTAS - cumprimento de requisitos normativos;

15.8.6.2. ANEXO ao EDITAL – Dados comerciais para elaboração de contrato;

15.8.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.8.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.8.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

15.8.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.8.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

15.8.12. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.8.13. O Pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

15.8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.8.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15.9. Caso haja algum documento ausente e que se refira à condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, este haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro ainda na sessão, obedecendo o prazo estabelecido pelo pregoeiro. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário).

15.9.1. O disposto previsto no art. 64, da Lei 14.133/2021, reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário).

15.10. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município de Santa Cruz do Capibaribe convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

15.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos neste Pregão.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS QUE DELA ORIGINAREM

16.1. A gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão De Pessoa Pessoas por meio de seu(sua) Secretário(a):

16.2. A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

16.3. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos contratos dela decorrentes será realizada de forma centralizada, por servidor designado pela Administração,

pertencente à área técnica de Tecnologia da Informação, o qual atuará como fiscal técnico do contrato, ainda que a execução do objeto ocorra em diferentes unidades administrativas do Município.

16.4. Fica designado como fiscal técnico o servidor **Dielson Lucas da Silva, Gestor de Tecnologia da Informação, nomeado por meio da Portaria nº 047/2025**, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

16.4.1.1. O fiscal será designado para fiscalizar e acompanhar a execução dos Contratos na forma do que dispõe o art. 104, III c/c art. 117, ambos da Lei n. 14.133/21, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento do objeto e de tudo dará ciência a Administração.

16.4.1.2. Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

16.5. Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços/Contratos, assim como observar, para o seu correto recebimento;

- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativo/Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.6. Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços Corporativo e dos contratos que dela se originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada.
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços Corporativo/Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativo/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

17. MEDIDAS ACAUTELADORAS

17.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

18. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, de acordo com as condições previstas na Ata de Registro de Preço.

18.2. O **PROPONENTE VENCEDOR** terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **PROPONENTE VENCEDOR** durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro e sua equipe.

18.3. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato de fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo órgão gerenciador, no total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo o órgão gerenciador negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

18.3.1. A recusa injustificada do concorrente **PROPONENTE VENCEDOR** em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para participar de licitações realizadas pelo Município, bem como aplicação de multa de 10 % (dez por cento) do valor a ser contratado.

18.3.1.1. O recolhimento da multa referida no item anterior será feito, por meio de guia própria, para pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua emissão.

18.3.1.1.1. O não pagamento do título levará a inscrição do mesmo no Cadastro de Dívidas Ativas do Município de Santa Cruz do Capibaribe tornando-se título executivo para as medidas judiciais cabíveis.

18.3.2. Caso não ocorra o pagamento da multa, a penalidade será atenuada para que seja realizada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a com o Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o município pelos prejuízos resultantes, não sendo inferior aos 24 (vinte e quatro) meses.

18.4. A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo **PROPONENTE VENCEDOR**, na data da assinatura.

18.5. As comunicações entre o município e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

19. RECEBIMENTO DAS NOTAS DE EMPENHO

19.1. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com

validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

19.2. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20. DO PAGAMENTO

20.1. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

20.1.1. OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO: Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da Administração.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.

20.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

20.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

21. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

21.1. No interesse do Órgão gerenciador o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

21.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

21.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

22. SANÇÕES

22.1. As sanções aplicáveis e os procedimentos a serem observados serão os previstos nos artigos 82 ao 91 do decreto municipal nº 099/2023 e nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, no que couber, respeitados a ampla defesa e contraditório.

22.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:

22.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.4. Der causa à inexecução total do contrato;

- 22.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 22.1.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 22.1.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 22.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 22.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 22.1.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 22.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 22.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.1.13. Praticar atos lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 22.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/21);
- 22.4. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII do art. 156 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 22.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei).
- 22.6. Multa
- 22.6.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato.

22.6.2. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato.

22.6.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato.

22.6.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.

22.6.5. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

22.6.6. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

22.7. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

22.8. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

22.9. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

22.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021)

22.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

22.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.14. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

22.14.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

- 22.14.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 22.14.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 22.14.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 22.14.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

22.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

22.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

22.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Santa Cruz do Capibaribe - PE, 02 de março de 2026

PAULO CESAR DE FARIAS
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Pessoas
Portaria 008/2025

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente processo licitatório o Registro de Preços Corporativo para **Aquisição parcelada de bens e insumos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos abaixo:

ITEM	NOME	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL
1	ACESS POINT	Access Point Wi-Fi 6 (IEEE 802.11ax) para ambiente interno, de padrão corporativo, com suporte às frequências 2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz, dotado de porta de rede Ethernet multigigabit (mínimo 2,5 GbE), alimentação via PoE+(fonte PoE+ incluso), com capacidade para operação simultânea de múltiplos usuários, suporte a MIMO e MU-MIMO, compatível com redes VLAN (IEEE 802.1Q), recursos avançados de QoS, isolamento de tráfego para convidados, gerenciamento centralizado, segurança sem fio compatível com WPA2 e WPA3, homologado pela ANATEL, destinado à infraestrutura corporativa de rede sem fio, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante. Marca e modelo de referência técnica para fins de especificação e comparação de desempenho: Ubiquiti UniFi U6 Enterprise, conforme datasheet do fabricante, admitindo-se o fornecimento de equipamentos similares, equivalentes ou de desempenho superior, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. COTA PRINCIPAL.	UNID.	181	R\$ 2.181,20	R\$ 394.797,20	COTA PRINCIPAL
2	ACESS POINT	Access Point Wi-Fi 6 (IEEE 802.11ax) para ambiente interno, de padrão corporativo, com suporte às frequências 2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz, dotado de porta de rede Ethernet multigigabit (mínimo 2,5 GbE), alimentação via PoE+(fonte PoE+ incluso), com capacidade para operação simultânea de múltiplos usuários, suporte a MIMO e MU-MIMO, compatível com redes VLAN (IEEE 802.1Q), recursos avançados de QoS, isolamento de tráfego para convidados, gerenciamento centralizado, segurança sem fio compatível com WPA2 e WPA3, homologado pela ANATEL, destinado à infraestrutura corporativa de rede sem fio, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante. Marca e modelo de referência técnica para fins de especificação e comparação de desempenho: Ubiquiti UniFi U6 Enterprise, conforme datasheet do fabricante, admitindo-se o fornecimento de equipamentos similares, equivalentes ou de desempenho superior, desde que atendam	UNID.	60	R\$ 2.181,20	R\$ 130.872,00	COTA RESERVADA

CENTRAL DE LICITAÇÕES

60

		integralmente às especificações técnicas estabelecidas. garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. COTA RESERVADA.					
3	ADAPTADOR WIFI	ADAPTADOR DE REDE SEM FIO (WI-FI) , padrão IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6), compatível com frequências de 2.4 GHz e 5 GHz, com interface USB, taxa de transmissão mínima compatível com o padrão Wi-Fi 6, compatível com sistemas operacionais Windows e Linux, com suporte a protocolos de segurança WPA2 e WPA3, alimentação via porta USB, produto novo, sem uso, garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	160	R\$ 188,44	R\$ 30.150,40	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
4	CABO REDE	CABO DE REDE 100% COBRE CABO LAN U/UTP CAT. 5E. 305mt - categoria cat.5e; u/utp - 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu (100% cobre), 24 awg, isolados em polietileno especial, capa externa em pvc na opção cmx, embalagem em caixa fastbox em lance padrão de 305 metros, marcação sequencial métrica decrescente (305 - 0 m), diâmetro nominal de 4,8 mm, massa líquida 26 kg/km, nvp (velocidade nominal de propagação): 68%. certificação rohs de que atende políticas de meio ambiente. caixa devidamente identificada com marca e demais detalhes do produto, garantia mínima de 6 meses. COTA PRINCIPAL.	UNID.	96	R\$ 738,72	R\$ 70.917,12	COTA PRINCIPAL
5	CABO REDE	CABO DE REDE 100% COBRE cabo lan u/utp cat. 5e. 305mt - categoria cat.5e; u/utp - 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu (100% cobre), 24 awg, isolados em polietileno especial, capa externa em pvc na opção cmx, embalagem em caixa fastbox em lance padrão de 305 metros, marcação sequencial métrica decrescente (305 - 0 m), diâmetro nominal de 4,8 mm, massa líquida 26 kg/km, nvp (velocidade nominal de propagação): 68%. Certificação rohs de que atende políticas de meio ambiente. caixa devidamente identificada com marca e demais detalhes do produto, garantia mínima de 6 meses. COTA RESERVADA.	UNID.	31	R\$ 738,72	R\$ 22.900,32	COTA RESERVADA
6	CAIXA DE SOM	CAIXA DE SOM MULTIMÍDIA PARA COMPUTADOR , com conexão USB 2.0, configuração mínima de áudio 2.1 (subwoofer e dois canais), potência mínima de saída de 3 W RMS, compatível com computadores e notebooks, alimentação via porta USB, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante, com garantia mínima de 6 meses. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	50	R\$ 29,52	R\$ 1.476,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
7	CARTUCHO PARA IMPRESSORA CANON	PAR DE CABEÇAS DE IMPRESSÃO ORIGINAL DO FABRICANTE do equipamento, compatível exclusivamente com impressora Canon modelo G7010, sendo 01 (uma) cabeça de impressão preta e 01 (uma) cabeça de impressão colorida, destinadas à reposição de componentes do equipamento já integrante do patrimônio da Administração, produto novo, lacrado, dentro do prazo de validade ou vida útil indicada pelo fabricante, acondicionado em embalagem original, com garantia mínima conforme política do fabricante. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PAR.	80	R\$ 425,43	R\$ 34.034,40	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
8	COMPUTADOR DE MESA (desktop)	COMPUTADOR DE MESA (desktop) - DESCRIÇÃO: Processador 64 bits, mínimo de 6 núcleos e 12 threads, cache ≥ 12 MB, (processadores de referência: Intel Core i5, de 12ª geração ou superior ou	UNID.	18	R\$ 3.607,62	R\$ 64.937,16	COTA PRINCIPAL

	TIPO 1- AVANÇADO	AMD Ryzen 5 de 3ª geração ou superior); RAM: 16 GB DDR4 3200 MHz, expansível a 32 GB, 1 slot livre (2 slots no total) ; Armazenamento: SSD M.2 NVMe PCIe 4.0 – 512 GB, com OPAL 2.0; Placa-mãe: TPM 2.0, mínimo 2× M.2, PCIe x16; Portas: mínimo 6 USB, sendo 4 USB 3.2, USB-C frontal; Rede: Ethernet Gigabit + Wi-Fi 6 Conectividade: Wi-Fi 6 por placa interna (vedado uso de adaptadores USB); Placa de vídeo: dedicada (offboard), com mínimo de 4 GB GDDR6; Sistema operacional: Windows 11 Pro OEM (licenciado em BIOS); Monitor: de , no mínimo, 24” Full HD ou superior, ajuste de altura e pivot, VESA; Fonte: bivolt automático 100–240 V, 50/60 Hz; Periféricos: Teclado USB, padrão ABNT2; Mouse óptico USB, com 2 botões + scroll; Padronização: gabinete, monitor, teclado e mouse em cores neutras (preto ou cinza) Garantia: 12 meses, prevalecendo a do fabricante, se superior. Todas as especificações apresentadas são as mínimas exigidas, sendo aceitáveis especificações superiores. COTA PRINCIPAL.					
9	COMPUTADOR DE MESA (desktop) TIPO 1- AVANÇADO	COMPUTADOR DE MESA (desktop)- DESCRIÇÃO: Processador 64 bits, mínimo de 6 núcleos e 12 threads, cache ≥ 12 MB, (processadores de referência: Intel Core i5, de 12ª geração ou superior ou AMD Ryzen 5 de 3ª geração ou superior); RAM: 16 GB DDR4 3200 MHz, expansível a 32 GB, 1 slot livre (2 slots no total) ; Armazenamento: SSD M.2 NVMe PCIe 4.0 – 512 GB, com OPAL 2.0; Placa-mãe: TPM 2.0, mínimo 2× M.2, PCIe x16; Portas: mínimo 6 USB, sendo 4 USB 3.2, USB-C frontal; Rede: Ethernet Gigabit + Wi-Fi 6 Conectividade: Wi-Fi 6 por placa interna (vedado uso de adaptadores USB); Placa de vídeo: dedicada (offboard), com mínimo de 4 GB GDDR6; Sistema operacional: Windows 11 Pro OEM (licenciado em BIOS); Monitor: de , no mínimo, 24” Full HD ou superior, ajuste de altura e pivot, VESA; Fonte: bivolt automático 100–240 V, 50/60 Hz; Periféricos: Teclado USB, padrão ABNT2; Mouse óptico USB, com 2 botões + scroll; Padronização: gabinete, monitor, teclado e mouse em cores neutras (preto ou cinza) Garantia: 12 meses, prevalecendo a do fabricante, se superior. Todas as especificações apresentadas são as mínimas exigidas, sendo aceitáveis especificações superiores. COTA RESERVADA.	UNID.	5	R\$ 3.607,62	R\$ 18.038,10	COTA RESERVADA
10	COMPUTADOR DE MESA (desktop) TIPO 2 - BÁSICO	COMPUTADOR DE MESA (desktop) - DESCRIÇÃO: processador 64 bits, mínimo de 4 núcleos e 8 threads, cache ≥ 8 MB, com gráficos integrados Full HD, suporte à virtualização, compatível com Windows. (processadores de referência: AMD Ryzen 3 3100 e Intel Core i3-12100); Memória RAM: 8 GB DDR4 (1 módulo instalado), com 1 slot livre, permitindo expansão mínima para 16 GB; Armazenamento: SSD NVMe, capacidade mínima de 240 GB; Conectividade: Wi-Fi 6 por placa interna (vedado uso de adaptadores USB); Monitor: mínimo 24”, Full HD ou superior; Fonte: bivolt automático 100–240 V, 50/60 Hz; Sistema operacional: Windows 11 Pro 64 bits – PT-BR; Periféricos: Teclado USB, padrão ABNT2; Mouse óptico USB, com 2 botões + scroll; Padronização: gabinete, monitor, teclado e mouse em cores neutras (preto ou cinza); Garantia: mínima de 12 meses, prevalecendo a do fabricante, se superior. Todas as especificações apresentadas são as mínimas exigidas, sendo aceitáveis especificações superiores. COTA PRINCIPAL.	UNID.	267	R\$ 2.346,85	R\$ 626.608,95	COTA PRINCIPAL

11	COMPUTADOR DE MESA (desktop) TIPO 2 - BÁSICO	COMPUTADOR DE MESA (desktop)- DESCRIÇÃO: processador 64 bits, mínimo de 4 núcleos e 8 threads, cache ≥ 8 MB, com gráficos integrados Full HD, suporte à virtualização, compatível com Windows. (processadores de referência: AMD Ryzen 3 3100 e Intel Core i3-12100); Memória RAM: 8 GB DDR4 (1 módulo instalado), com 1 slot livre, permitindo expansão mínima para 16 GB; Armazenamento: SSD NVMe, capacidade mínima de 240 GB; Conectividade: Wi-Fi 6 por placa interna (vedado uso de adaptadores USB); Monitor: mínimo 24", Full HD ou superior; Fonte: bivolt automático 100–240 V, 50/60 Hz; Sistema operacional: Windows 11 Pro 64 bits – PT-BR; Periféricos: Teclado USB, padrão ABNT2; Mouse óptico USB, com 2 botões + scroll; Padronização: gabinete, monitor, teclado e mouse em cores neutras (preto ou cinza); Garantia: mínima de 12 meses, prevalecendo a do fabricante, se superior. Todas as especificações apresentadas são as mínimas exigidas, sendo aceitáveis especificações superiores. COTA RESERVADA.	UNID.	88	R\$ 2.346,85	R\$ 206.522,80	COTA RESERVADA
12	CONECTOR RJ45	CONECTOR RJ45 VAZADO: material Termoplástico, Tipo: Conector Rj45 vazado Macho Cat 5e, Aplicação: Cabo Trançado, Categoria: 5e EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	8000	R\$ 0,44	R\$ 3.520,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
13	FILTRO DE LINHA	FILTRO LINHA TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220 V Corrente Máxima: 25 A Quantidade Saída: 5 Tomadas Tripolares Polarizadas Características Adicionais: Proteção De Sobretensão Até 60 Joules (10/1000µs) Comprimento Cabo: 3 M Normas Técnicas: Novo Padrão Nbr 14136 E Nbr 13249 Componentes: Gabinete Plástico, Chave Liga/Desliga Embutida. garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	398	R\$ 31,71	R\$ 12.620,58	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
14	FONTE	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA COMPUTADOR, padrão ATX, compatível com PC/Desktop, com potência nominal mínima de 500 W, tensão de entrada bivolt automática (110 V / 220 V), equipada com PFC ativo, eficiência energética compatível com certificação 80 PLUS Bronze ou superior, dotada de sistemas de proteção elétrica, ventilação ativa por cooler interno, contendo conectores compatíveis com placas-mãe padrão ATX (20+4 pinos), conector auxiliar de CPU (4+4 pinos), conectores SATA e PCI Express compatíveis com uso corporativo, plugue de alimentação conforme padrão brasileiro ABNT, em conformidade com normas de segurança elétrica e eletromagnética aplicáveis, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante, garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	180	R\$ 160,44	R\$ 28.879,20	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
15	HEADSET	HEADSET COM CONECTIVIDADE USB, composto por fones de ouvido e microfone integrado, destinado ao uso em computadores e notebooks, com resposta de frequência mínima de 100 Hz a 10 kHz, sensibilidade compatível com aplicações de voz, cabo com comprimento mínimo de 2 (dois) metros, controle de volume integrado ao cabo ou ao equipamento, alimentação via porta USB, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante, garantia mínima de 12 meses contra defeitos de	UNID.	45	R\$ 139,37	R\$ 6.271,65	EXCLUSIVO PARA ME/EPP

		fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
16	IMPRESSORA COLORIDA	IMPRESSORA COLORIDA DESCRIÇÃO: scanner com alimentador automático de folhas (adf), com capacidade mínima para 30 folhas (bandeja de saída) e com capacidade mínima para 250 folhas (bandeja frontal); impressão automática para frente e verso (impressão duplex); tecnologia wireless integrada para redes, ethernet e wi-fi direct; resolução de impressão de no mínimo 4800 x 1200 dpi; capacidade máxima de impressão mensal: 8.500 ou superior; alimentação elétrica nominal 220v ou bivolt (110/220v); deverão acompanhar cd de instalação com manual do usuário em português e cabo de força; garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. Modelo referência: Epson I6270 similar ou superior. COTA PRINCIPAL.	UNID.	168	R\$ 2.418,90	R\$ 406.375,20	COTA PRINCIPAL
17	IMPRESSORA COLORIDA	IMPRESSORA COLORIDA DESCRIÇÃO: scanner com alimentador automático de folhas (adf), com capacidade mínima para 30 folhas (bandeja de saída) e com capacidade mínima para 250 folhas (bandeja frontal); impressão automática para frente e verso (impressão duplex); tecnologia wireless integrada para redes, ethernet e wi-fi direct; resolução de impressão de no mínimo 4800 x 1200 dpi; capacidade máxima de impressão mensal: 8.500 ou superior; alimentação elétrica nominal 220v ou bivolt (110/220v); deverão acompanhar cd de instalação com manual do usuário em português e cabo de força; garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. Modelo referência: Epson I6270 similar ou superior. COTA RESERVADA.	UNID.	55	R\$ 2.418,90	R\$ 133.039,50	COTA RESERVADA
18	IMPRESSORA LASER TIPO 1	IMPRESSORA MONOCROMÁTICA A LASER, impressora multifuncional monocromática – especificações mínimas: funções: impressão, cópia, digitalização e fax; tecnologia de impressão: monocromática; tipo de consumível: cartucho de toner e tambor de imagem ou unidade de cilindro; velocidade de impressão: a4: no mínimo 39 ppm, carta: no mínimo 41 ppm, com opção de impressão frente e verso automática; resolução de impressão: até 1.200x1.200 dpi; capacidade do adf (alimentador automático de folhas): 50 folhas; capacidade de digitalização: monocromática e colorida; resolução de digitalização: óptica: 1.200 dpi (vidro de exposição) e 600 dpi (adf); resolução da cópia: 600x600 dpi; ciclo de trabalho mensal: capacidade mínima de 90.000 (noventa mil) páginas. deverão acompanhar: 01 (um) cabo de alimentação, 01 (um) cartucho de toner, 01 (um) tambor de imagem ou unidade de cilindro. garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. modelo de referência: hp laser 432fdn, similar ou superior. todas as especificações apresentadas são as mínimas exigidas, sendo aceitáveis especificações superiores. COTA PRINCIPAL.	UNID.	60	R\$ 3.649,04	R\$ 218.942,40	COTA PRINCIPAL

19	IMPRESSORA LASER TIPO 1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A LASER , impressora multifuncional monocromática – especificações mínimas: funções: impressão, cópia, digitalização e fax; tecnologia de impressão: monocromática; tipo de consumível: cartucho de toner e tambor de imagem ou unidade de cilindro; velocidade de impressão: a4: no mínimo 39 ppm, carta: no mínimo 41 ppm, com opção de impressão frente e verso automática; resolução de impressão: até 1.200x1.200 dpi; capacidade do adf (alimentador automático de folhas): 50 folhas; capacidade de digitalização: monocromática e colorida; resolução de digitalização: óptica: 1.200 dpi (vidro de exposição) e 600 dpi (adf); resolução da cópia: 600x600 dpi; ciclo de trabalho mensal: capacidade mínima de 90.0000 (noventa mil) páginas. deverão acompanhar: 01 (um) cabo de alimentação, 01 (um) cartucho de toner, 01 (um) tambor de imagem ou unidade de cilindro. garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. modelo de referência: hp laser 432fdn, similar ou superior. todas as especificações apresentadas são as mínimas exigidas, sendo aceitáveis especificações superiores. COTA RESERVADA.	UNID.	20	R\$ 3.649,04	R\$ 72.980,80	COTA RESERVADA
20	IMPRESSORA LASER TIPO 2	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL , com função de cópia e digitalização, com interfaces de conexão USB 2.0 e conectividade sem fio Wi-Fi padrão 802.11 b/g; A impressora deverá dispor de monitor LCD; Deverá operar com tecnologia de impressão a laser monocromática, com velocidade de impressão de, no mínimo, 20 páginas por minuto (ppm); O equipamento deverá utilizar cartucho de toner com rendimento mínimo de 1.000 páginas, considerando cobertura padrão, possuir ciclo de trabalho mensal mínimo de 10.000 páginas e apresentar resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi; A função de digitalização deverá oferecer resolução mínima de 4.800 x 4.800 dpi; bandeja: a bandeja de entrada de papel com capacidade mínima de 150 folhas e bandeja de saída com capacidade mínima de 100 folhas; O equipamento deverá operar com tensão elétrica de 110V ou 220V; deve ser fornecido com todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo cabos, suprimentos iniciais e manuais técnicos em língua portuguesa. garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. Modelo de referência: HP LaserJet MFP 135w, ou equivalente. COTA PRINCIPAL.	UNID.	54	R\$ 1.883,49	R\$ 101.708,46	COTA PRINCIPAL
21	IMPRESSORA LASER TIPO 2	IMPRESSORA LASER com função de cópia e digitalização, com interfaces de conexão USB 2.0 e conectividade sem fio Wi-Fi padrão 802.11 b/g; A impressora deverá dispor de monitor LCD; Deverá operar com tecnologia de impressão a laser monocromática, com velocidade de impressão de, no mínimo, 20 páginas por minuto (ppm); O equipamento deverá utilizar cartucho de toner com rendimento mínimo de 1.000 páginas, considerando cobertura padrão, possuir ciclo de trabalho mensal mínimo de 10.000 páginas e apresentar resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi; A função de digitalização deverá oferecer resolução mínima de 4.800 x 4.800 dpi; bandeja: a bandeja de entrada de papel com capacidade mínima de 150 folhas e bandeja de saída	UNID.	17	R\$ 1.883,49	R\$ 32.019,33	COTA RESERVADA

		com capacidade mínima de 100 folhas; O equipamento deverá operar com tensão elétrica de 110V ou 220V; deve ser fornecido com todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo cabos, suprimentos iniciais e manuais técnicos em língua portuguesa. garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. Modelo de referência: HP LaserJet MFP 135w, ou equivalente. COTA RESERVADA.					
22	MONITOR	MONITOR 21,5 POLEGADAS full hd monitor - imagem full hd com tecnologia led ips, bivolt, pé -direcional de 90° que permite deixar o monitor na vertical, ajuste de altura, inclinação e ângulo, conexões hdmi, furação para suporte de parede vesa e para mini pc/cpu, adaptador de alimentação integrado, cor: preto, tamanho da tela: 21,5", widescreen 16:9; tipo de tela: lcd tft ips led, resolução: full hd 1080p, resolução máxima: 1920 x 1080 px, tempo de resposta: 5ms, frequência: h: 30-83 khz / v: 56 - 75 hz, acessórios: 01 cabo de alimentação 1,8m, 01 cabo hdmi 1,8m, 01 cabo displayport 1,8m, 01 cabo d -sub 1,8m, 01 manual, garantia mínima de 1 ano. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	93	R\$ 443,13	R\$ 41.211,09	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
23	MOUSE	MOUSE - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: comprimento do fio: fio com, no mínimo, 1,8 metros; fio não retrátil; interface: conexão usb; sistema plug and play; deve possuir três botões, sendo um deles do tipo scroll; design ergonômico e ambidestro; cor do mouse: preto; sensor com resolução mínima de 800 dpi; tecnologia do sensor: óptico. O produto deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo. O produto deverá possuir garantia mínima de 3 (três) meses, contados a partir do recebimento definitivo. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	400	R\$ 12,04	R\$ 4.816,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
24	NOBREAK (Fonte de alimentação ininterrupta)	NOBREAK (FONTE DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA) ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: potência 700 va; com microprocessador flash; frequência de saída do inversor: [+/- 1%]: 60hz; fator de potência 0,7; tensão de entrada: trivolt automático 115v, 127v e 220v, com seleção automática; tensão de saída: 115 v; forma de onda do inversor: senoidal por aproximação; bateria interna: bateria de 12vcc/ 7ah; acionamento do inversor: < 0,8ms; com led indicador de status de funcionamento; tomadas de saída: no mínimo 4 tomadas de saída padrão nbr14136; conector para conexão de bateria externa: conector de engate rápido para expansão de bateria externa; ventilador para refrigeração interna; porta fusível externo com unidade de reserva; proteção contra curto-circuito no inversor; proteção contra sub/sobretensão da rede elétrica; proteção contra sobreaquecimento no inversor e no transformador; proteção contra surtos de tensão entre fase e neutro; proteção contra descarga total das baterias. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	107	R\$ 465,21	R\$ 49.777,47	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
25	NOTEBOOK AVANÇADO	NOTEBOOK PORTÁTIL , com sistema operacional Windows 11, versão OEM, pré-instalado de fábrica, em português do Brasil, devidamente licenciado, com suporte a atualizações e compatível com ambientes corporativos. processador de arquitetura x86-64, com no mínimo 8 (oito) núcleos físicos, suporte a	UNID.	18	R\$ 4.024,03	R\$ 72.432,54	EXCLUSIVO PARA ME/EPP

		<p>processamento multithread e pertencente, no mínimo, à antepenúltima geração com memória RAM mínima de 16 GB, tecnologia DDR4 ou superior, com possibilidade de expansão. Armazenamento deverá ser realizado por unidade de estado sólido (SSD), com capacidade mínima de 512 GB, utilizando interface NVMe. Com tela tamanho mínimo de 15,6 polegadas, resolução Full HD (1920 x 1080), painel do tipo IPS ou tecnologia equivalente, com taxa de atualização mínima de 144 Hz, adequada para aplicações gráficas e profissionais. Com placa gráfica dedicada, suporte à aceleração gráfica por hardware, equipada com memória de vídeo dedicada (VRAM) mínima de 6 GB, compatível com softwares profissionais de edição, renderização e modelagem gráfica. O equipamento deverá permitir expansão de armazenamento, possuindo no mínimo um slot M.2 2280 ocupado, compatível com SSD NVMe PCIe 4.0 x4, e um slot M.2 2280 livre, compatível com SSD NVMe PCIe 3.0 x4, possibilitando futuras ampliações sem substituição do dispositivo principal. Bateria deverá apresentar autonomia estimada de até 7 (sete) horas, considerando uso moderado em ambiente corporativo. O notebook deverá contar com sistema de refrigeração eficiente, adequado para operação contínua sob carga elevada, garantindo estabilidade térmica e preservação do desempenho. O equipamento deverá ser fornecido novo, sem uso, acompanhado de carregador original, cabos necessários e documentação técnica. O produto deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.</p>					
26	NOTEBOOK BÁSICO	<p>NOTEBOOK BÁSICO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: processador: frequência de operação mínima de 1.6 ghz, com 04 núcleos (mínimo) e cachê de no mínimo 6 mb; geração do processador: de, no mínimo, antepenúltima geração; placa mãe: leitor de cartão sd, conexão bluetooth, porta para hdmi, porta rj-45 e deverá possuir no mínimo 03 (três) portas usb, sendo 01 (uma) porta usb 3.1 ou superior e 02 (duas) portas usb 2.0 ou superior; memória ram: 01 (um) pente de 8 gb tipo ddr4 instalado e apresentar 01 (um) slots livre, de modo que a soma dos dois slots possibilite a expansão futura de 32gb (no mínimo); armazenamento: tipo ssd, com capacidade mínima de 240 gb; fonte: fonte de alimentação interna, para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 vac (+/-10%), 50-60 hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (interfaces, discos, memórias e demais periféricos). devendo apresentar plugue de acordo com o padrão utilizado no brasil, especificado pela nbr 13136. bateria: capaz de manter o funcionamento do equipamento por no mínimo 4 (quatro) horas. devendo apresentar a mesma marca do fabricante do notebook e ser compatível com o equipamento especificado. sistema operacional: windows 11 profissional português brasil de 64 bits com licenciamento do tipo oem; monitor: tela led antirreflexo com no mínimo 15,6" e resolução mínima de 1920x1080; teclado: em português, padrão abnt2; mouse: padrão touchpad ou trackpoint, com dois botões e área de rolagem (scroll); cor do notebook: padrão de cores neutras (preto ou</p>	UNID.	79	R\$ 2.893,60	R\$ 228.594,40	COTA PRINCIPAL

		cinza); garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. COTA PRINCIPAL.					
27	NOTEBOOK BÁSICO	NOTEBOOK BÁSICO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: processador: frequência de operação mínima de 1.6 ghz, com 04 núcleos (mínimo) e cachê de no mínimo 6 mb; geração do processador: de, no mínimo, antepenúltima geração; placa mãe: leitor de cartão sd, conexão bluetooth, porta para hdmi, porta rj-45 e deverá possuir no mínimo 03 (três) portas usb, sendo 01 (uma) porta usb 3.1 ou superior e 02 (duas) portas usb 2.0 ou superior; memória ram: 01 (um) pente de 8 gb tipo ddr4 instalado e apresentar 01 (um) slots livre, de modo que a soma dos dois slots possibilite a expansão futura de 32gb (no mínimo); armazenamento: tipo ssd, com capacidade mínima de 240 gb; fonte: fonte de alimentação interna, para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 vac (+/-10%), 50-60 hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (interfaces, discos, memórias e demais periféricos). Devendo apresentar plugue de acordo com o padrão utilizado no brasil, especificado pela nbr 13136. bateria: capaz de manter o funcionamento do equipamento por no mínimo 4 (quatro) horas. devendo apresentar a mesma marca do fabricante do notebook e ser compatível com o equipamento especificado. sistema operacional: windows 11 profissional português brasil de 64 bits com licenciamento do tipo oem; monitor: tela led antirreflexo com no mínimo 15,6" e resolução mínima de 1920x1080; teclado: em português, padrão abnt2; mouse: padrão touchpad ou trackpoint, com dois botões e área de rolagem (scroll); cor do notebook: padrão de cores neutras (preto ou cinza); garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. COTA RESERVADA.	UNID.	26	R\$ 2.893,60	R\$ 75.233,60	COTA RESERVADA
28	RACK 3U	RACK PADRÃO 19 POLEGADAS , do tipo parede, com altura de 3U, profundidade mínima de aproximadamente 570 mm, estrutura metálica em aço, desmontável, destinado ao acondicionamento de equipamentos de rede e informática, dotado de porta frontal com visor em acrílico transparente e fechadura com chave, acabamento em cor preta ou equivalente, fornecido com kit de fixação compatível para instalação em parede, incluindo porcas gaiola e parafusos, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	140	R\$ 240,84	R\$ 33.717,60	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
29	RACK 6U	ESTANTE RACK PADRÃO: 19" X 6U X 430MM , Estrutura: Aço, Portas: Laterais E Traseiras Removíveis, Porta Frontal: Vidro Temperado, Acabamento Superficial: Pintura Epóxi-Pó. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	15	R\$ 548,68	R\$ 8.230,20	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
30	ROTEADOR 4 ANTENAS	ROTEADOR 4 ANTES WIF6 roteador wireless wifi6 - roteador wireless modelo: com especificações mínimas de 4 antenas, mínimo de 1200mbps, interface: wan/lan, protocolo enlace:	UNID.	75	R\$ 239,22	R\$ 17.941,50	EXCLUSIVO PARA ME/EPP

		ipv4/ipv6, tensão alimentação: 110v / 240v, tipo portas: 4 portas gigabit -lan e 1 porta gigabit wan, frequência de comunicação: 2.4ghz e 5.8 ghz, funções: acesso point, roteador e wds (ponte), Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior.. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
31	ROUTEBOAR D CCR	ROUTERBOARD CORPORATIVO, MODELO MIKROTIK CLOUD CORE ROUTER CCR2004-16G-2S+ , gerenciável, com sistema operacional RouterOS, suporte à execução de scripts, gerenciamento avançado de rede, criação de regras de firewall, monitoramento por meio de API, suporte aos principais protocolos de roteamento e segurança, destinado à infraestrutura de tecnologia da informação do órgão, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	4	R\$ 4.172,20	R\$ 16.688,80	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
32	ROUTEBOAR D GR3	ROUTERBOARD (ROTEADOR CORPORATIVO), MARCA MIKROTIK , modelo Routerboard RB750GR3, conforme padronização adotada pelo órgão, equipado com processador de arquitetura compatível com aplicações de rede, com mínimo de 2 núcleos, memória RAM de 256 MB, 5 (cinco) portas Ethernet 10/100/1000 Mbps, 1 (uma) porta USB, suporte à alimentação por PoE, sistema operacional RouterOS, recursos de monitoramento de tensão e temperatura, armazenamento interno em memória flash, consumo máximo de energia compatível com operação contínua, destinado ao uso em infraestrutura de tecnologia da informação, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. COTA PRINCIPAL.	UNID.	109	R\$ 589,09	R\$ 64.210,81	COTA PRINCIPAL
33	ROUTEBOAR D GR3	ROUTERBOARD (ROTEADOR CORPORATIVO), MARCA MIKROTIK, MODELO ROUTERBOARD RB750GR3 , conforme padronização adotada pelo órgão, equipado com processador de arquitetura compatível com aplicações de rede, com mínimo de 2 núcleos, memória RAM de 256 MB, 5 (cinco) portas Ethernet 10/100/1000 Mbps, 1 (uma) porta USB, suporte à alimentação por PoE, sistema operacional RouterOS, recursos de monitoramento de tensão e temperatura, armazenamento interno em memória flash, consumo máximo de energia compatível com operação contínua, destinado ao uso em infraestrutura de tecnologia da informação, produto novo, sem uso, acondicionado em embalagem original do fabricante. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. COTA RESERVADA.	UNID.	36	R\$ 589,09	R\$ 21.207,24	COTA RESERVADA
34	SCANNER DE MESA	SCANNER DE MESA ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: possuir digitalização duplex (frente e verso) automático; função de digitalização de documentos em folhas soltas; adf (alimentador automático de folhas) com capacidade mínima de 50 folhas, com função duplex, para digitalização dos dois lados da folha, de forma automática, sem a necessidade de reinserção da folha no equipamento; capacidade de digitalizar (no mínimo) documentos do tamanho 215 x 290 mm (a4) no adf; velocidade do scanner: no mínimo 35 páginas	UNID.	42	R\$ 3.733,07	R\$ 156.788,94	COTA PRINCIPAL

		por minuto; detecção automática de alimentação no adf; escaneamento em modo colorido, escala de cinza, preto e branco automático; resolução óptica mínima: 600 dpi (pontos por polegada); ciclo de trabalho diário igual ou superior a 2500 páginas. interface de comunicação usb 3.0 ou superior; alimentação elétrica nominal 220v ou bivolt (110/220v); drives e softwares compatíveis (no mínimo) com os sistemas operacionais Windows 7, Windows 8 e Windows 10; permitir a utilização de todas as propriedades de digitalização do equipamento; capacidade de gravação das digitalizações nos seguintes formatos (no mínimo): pdf e jpg; idioma português brasil padrão; deverão acompanhar manual do usuário em português e cabo de força. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. modelo referência es-400 ii, similar ou superior. COTA PRINCIPAL.					
35	SCANNER DE MESA	SCANNER DE MESA ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: possuir digitalização duplex (frente e verso) automático; função de digitalização de documentos em folhas soltas; adf (alimentador automático de folhas) com capacidade mínima de 50 folhas, com função duplex, para digitalização dos dois lados da folha, de forma automática, sem a necessidade de reinserção da folha no equipamento; capacidade de digitalizar (no mínimo) documentos do tamanho 215 x 290 mm (a4) no adf; velocidade do scanner: no mínimo 35 páginas por minuto; detecção automática de alimentação no adf; escaneamento em modo colorido, escala de cinza, preto e branco automático; resolução óptica mínima: 600 dpi (pontos por polegada); ciclo de trabalho diário igual ou superior a 2500 páginas. interface de comunicação usb 3.0 ou superior; alimentação elétrica nominal 220v ou bivolt (110/220v); drives e softwares compatíveis (no mínimo) com os sistemas operacionais Windows 7, Windows 8 e Windows 10; permitir a utilização de todas as propriedades de digitalização do equipamento; capacidade de gravação das digitalizações nos seguintes formatos (no mínimo): pdf e jpg; idioma português brasil padrão; deverão acompanhar manual do usuário em português e cabo de força. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. modelo referência es-400 ii, similar ou superior. COTA RESERVADA.	UNID.	14	R\$ 3.733,07	R\$ 52.262,98	COTA RESERVADA
36	SSD	SSD 240GB FORMATO: 2,5 POL; capacidade de armazenamento de memória: 240gb; interface: sata rev. 3.0 (6gb/s) – compatível com a versão anterior, sata ver. 2.0 (3gb/s); garantia de 3 anos, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. leitura sequencial: de, no mínimo, 450mb/s e gravação de, no mínimo, 320mb/s. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	150	R\$ 206,14	R\$ 30.921,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
37	SWITCH 16 PORTAS	SWITCH QUANTIDADE PORTAS: 16 portas, Tipo Portas: RJ45, Velocidade Porta: 10/100/1000mbps, Alimentação: 100/220V, Frequência: 60HZ, Características Adicionais: Com Fonte De Alimentação Chaveada Automaticamente. Garantia mínima de 12	UNID.	115	R\$ 400,23	R\$ 46.026,45	EXCLUSIVO PARA ME/EPP

		meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
38	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH QUANTIDADE PORTAS: 24UN , Tipo Portas: Gigabit Ethernet, Velocidade Porta: 1000 Mbps, Alimentação: 110/220V, Características Adicionais: 50 Cm De Cabo De Empilhamento, Tipo: Padrão Rack 19". Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	30	R\$ 531,66	R\$ 15.949,80	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
39	TABLET C/ SISTEMA ANDROID 10 POL	TABLET C/ SISTEMA ANDROID 10 POL - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: Tamanho de tela: no mínimo 10"; Memória Ram: no mínimo 4 gb; Armazenamento Interno: no mínimo 128GB; Capacidade de armazenamento externo: no mínimo 500GB; Processador: Octa Core ou superior; Câmera Frontal: Superior a 8MPX; Câmera Traseira: 8,1 a 13MPX; Conectividade: Wi-Fi / 5g / Bluetooth; Sistema Operacional: Open Source. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. COTA PRINCIPAL. COTA PRINCIPAL.	UNID.	213	R\$ 1.291,81	R\$ 275.155,53	COTA PRINCIPAL
40	TABLET C/ SISTEMA ANDROID 10 POL	TABLET C/ SISTEMA ANDROID 10 POL - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: Tamanho de tela: no mínimo 10"; Memória Ram: no mínimo 4 gb; Armazenamento Interno: no mínimo 128GB; Capacidade de armazenamento externo: no mínimo 500GB; Processador: Octa Core ou superior; Câmera Frontal: Superior a 8MPX; Câmera Traseira: 8,1 a 13MPX; Conectividade: Wi-Fi / 5g / Bluetooth; Sistema Operacional: Open Source. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. COTA RESERVADA.	UNID.	70	R\$ 1.291,81	R\$ 90.426,70	COTA RESERVADA
41	TECLADO	TECLADO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: quantidade de teclas 107 unidades; cor: preto; material plástico; interface: conexão usb; comprimento do cabo: com, no mínimo, 1,8 metros; sistema plug and play; caracteres na língua português-brasil, abnt2; características adicionais: resistente ao desgaste de uso e possuir teclas suaves e silenciosas; compatibilidade com Windows, Linux ou mac os. O produto deverá possuir garantia mínima de 3 (três) meses, contados a partir do recebimento definitivo. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	400	R\$ 21,45	R\$ 8.580,00	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
42	TRANSFORMADOR 2000W	TRANSFORMADOR 2000W BIVOLT - Potência: 2000 VA, com Fusível Térmico Rearmável em caso de superaquecimento. Entrada/Saída: Transforma 120V em 220V, ou 220V em 120V. Bivolt; Frequência: 60Hz; Adaptador: Exclusivo sistema de W, que elimina o risco de choques elétricos; Tomadas: Tomada elétrica tripolar; Cordão: Cordão 3 x 0,75mm2 80 cm de acordo com as normas de plugues e tomadas NBR14136. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNID.	151	R\$ 204,93	R\$ 30.944,43	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
43	WEBCAM	WEBCAM FULL HD web cam fullhd com microfone embutido, tela de privacidade, cabo de no mínimo 2.1 metros, angulo de abertura de no mínimo 68°, zoom digital de 5x, com função eptz e com no mínimo 2mp ¼. garantia de, no mínimo, Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, prevalecendo a	UNID.	55	R\$ 301,89	R\$ 16.603,95	EXCLUSIVO PARA ME/EPP

	garantia ofertada pelo fabricante, caso seja superior. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
					VALOR TOTAL:	R\$ 3.975.332,60

VALOR TOTAL: R\$ 3.975.332,60 (três milhões novecentos e setenta e cinco mil trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

2. EXIGÊNCIAS

2.1. O(s) (objeto da contratação) deverá(ão) estar acondicionado(s) de forma compatível à sua integridade e conservação e transportado(s) adequadamente.

2.2. A empresa vencedora será responsável pelo transporte do objeto deste Termo de Referência, de seu estabelecimento até o(s) local(ais) determinado(s) pelo Município para entrega, como também, será responsável pelo seu descarregamento.

2.3. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal de venda para cada Ordem de Fornecimento enviada, onde conste, no mínimo, o nome do produto, sua marca, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

2.4. Os itens devem estar acondicionados em embalagem original e intacta.

2.5. O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

2.6. Após a adjudicação, nenhum dos produtos oferecidos, poderá ser substituído por outros de outras marcas, salvo por produtos de qualidade comprovadamente igual ou superior e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Secretaria de Planejamento e gestão de Pessoas, também de forma expressa.

Santa Cruz do Capibaribe - PE, 02 de março de 2026

PAULO CESAR DE FARIAS
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Pessoas
Portaria 008/2025